

Orientações para as fichas

O Governo aprovou várias medidas para melhorar as condições de aplicação da avaliação de desempenho docente, entre as quais uma alteração ao Despacho n.º 16871/2008, de 23 de Junho, que aprova os modelos de impresso das fichas e as regras para aplicação das ponderações e dos parâmetros classificativos.

As fichas aprovadas devem ser preenchidas apenas na fase final do ciclo avaliativo. Até lá, os avaliadores devem observar e registar o desempenho dos avaliados, nos instrumentos que tenham concebido para o efeito.

Com o objectivo de apoiar as escolas na operacionalização das alterações introduzidas, disponibiliza-se um conjunto de orientações:

- * a escola pode decidir agregar, combinar ou substituir todas as divisões e subdivisões dos parâmetros que constam das fichas de avaliação;
- * quer isto dizer que, no preenchimento das fichas de avaliação, apenas são obrigatoriamente considerados os parâmetros classificativos;
- * é importante referir que desta agregação não pode resultar um aumento do número de itens e indicadores previstos, para cada parâmetro, nas fichas publicadas, a fim de evitar a sua complexificação;
- * fica sempre salvaguardada a atribuição da classificação final de cada parâmetro independentemente das agregações, combinações ou substituições que a escola decida efectuar;
- * os parâmetros (bem como as suas divisões e subdivisões, caso sejam mantidas) são classificados exclusivamente através de menções qualitativas;
- * só para efeitos de cálculo da classificação final se faz a conversão das menções qualitativas, com base na seguinte escala: Excelente – 10; Muito Bom – 8; Bom – 7; Regular – 6; Insuficiente – 3;
- * o cálculo da classificação final de cada ficha é feito com base na fórmula dela constante;
- * independentemente de existirem parâmetros que, por motivos alheios ao avaliado ou avaliador, não possam ser considerados, é sempre possível a obtenção de classificação máxima na ficha;
- * as menções finais de Muito Bom e Excelente só podem ser atribuídas em cada ficha nas situações em que nenhum dos parâmetros tenha sido obtido classificação inferior a Bom;
- * não é necessário considerar as fórmulas de cálculo indicadas nas fichas, com excepção das previstas para a classificação final.

No que respeita ao preenchimento das fichas de classificação, deverá atender-se ao seguinte:

* quando um parâmetro está associado a um objectivo individual acordado, a classificação desse parâmetro resulta do grau de cumprimento do respectivo objectivo individual;

* caso a escola opte por considerar o item A1 na ficha de avaliação de desempenho a preencher pelo presidente do conselho executivo, a classificação deve ser feita de acordo com a seguinte correspondência: A.1.1 – Excelente; A.1.2 – Muito Bom; A.1.3 – Bom; A.1.4 – Regular; A.1.5 – Insuficiente;

* para efeitos de determinação do grau de cumprimento do serviço lectivo, no Item A1 da ficha, deverá ser tido em conta o disposto no artigo 103.º do Estatuto da Carreira Docente;

* o item A2 pretende avaliar a disponibilidade e empenho do docente em garantir que as aulas previstas para as suas turmas são efectivamente dadas;

* para este efeito, ao contrário do que acontece relativamente ao item A1, são objecto de apreciação todas as ausências, salvo quando o docente se encontre efectivamente em serviço (por exemplo, em visitas de estudo) ou no exercício do direito à greve;

* para cálculo da pontuação de cada acção de formação contínua, é considerada a classificação obtida;

* para ser considerado para efeitos de avaliação é necessário que o volume de formação/ano cumpra o mínimo previsto de 25 horas;

* para efeitos de cálculo da pontuação final, é efectuada a média aritmética das classificações obtidas em cada uma das formações;

* para efeitos de atribuição da menção qualitativa ao parâmetro relativo à formação contínua, deve ser aplicada a seguinte escala: ≥ 9 - Excelente; 8 a 8,9 - Muito Bom; 6,5-7,9 - Bom; 5 a 6,4 - Regular; ≤ 5 - Insuficiente;

* é alargada ao presente ano lectivo a garantia de que, para o pessoal docente contratado, a participação em acções de formação contínua só é considerada na avaliação se daí resultar benefício para a classificação global da ficha;

* as acções a considerar são validadas pelo presidente do conselho executivo, garantindo o cumprimento de um mínimo de 25 horas por ano e correspondendo a:

- acções de formação contínua nas áreas prioritárias definidas pela escola;
- acções de formação contínua na área das disciplinas leccionadas;
- acções de formação contínua promovidas pelo ME;
- acções de formação contínua acreditadas no âmbito das TIC e concluídas até ao final do ano escolar 2007/08;
- acções de formação contínua que o presidente do conselho executivo considere relevantes para o desenvolvimento profissional do docente no quadro dos objectivos ou plano de formação da escola.

Existe a possibilidade do pedido de acreditação de pós-graduações, mestrados e doutoramentos (ou de disciplinas dos mesmos) pelo professor interessado junto do Conselho Científico da Formação Contínua.

No Decreto Regulamentar apresentado no Conselho de Ministros de 17 de Dezembro de 2008 (<http://www.min-edu.pt/np3/2995.html>) está ainda previsto que sejam contabilizadas todas as acções de formação contínua acreditadas, desde que não tenham sido tomadas em consideração em anteriores avaliações.

Para mais informações, consultar:**1 – Posições da equipa ministerial:**

. "Avaliação reforça capacidade da escola pública para cumprir a sua missão com mais eficácia" – artigo da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, publicado no semanário Expresso em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2940.html>.

. "Não há, nem haverá, suspensão do processo de avaliação do desempenho" – declaração do secretário de Estado Jorge Pedreira à Imprensa em 06 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2928.html>.

. "Uma avaliação séria melhorará a escola" – discurso da ministra na Assembleia da República, realizado em 04 de Dezembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2923.html>.

. "Se o Governo suspendesse a avaliação seria uma vergonha" – entrevista da ministra ao Correio da Manhã e ao Rádio Clube, divulgada em 16 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2852.html>.

. "É a defesa do interesse público que está em causa" – entrevista da ministra ao Expresso, publicada em 15 de Novembro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2853.html>.

. "Este modelo de avaliação protege os professores" – entrevista da ministra difundida pela RTP N em 23 de Outubro último, em <http://www.min-edu.pt/np3/2764.html>.

. "Queremos reconhecer os professores excelentes" – entrevista da ministra à Visão, publicada em 16 de Outubro, em <http://www.min-edu.pt/np3/2765.html>.

2 – Perguntas e respostas sobre a avaliação de desempenho docente, em <http://www.min-edu.pt/esclareceavaliacao/pr/home.html>.

3 – Esclarecimento sobre a avaliação de desempenho dos professores, em <http://www.min-edu.pt/np3/2925.html>.

4 – Notas sobre um modelo de avaliação que protege os professores, em <http://www.min-edu.pt/np3/np3/2905.html>.

5 – Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação e os sindicatos em <http://www.min-edu.pt/np3/1900.html> (Declaração do Ministério anexa à acta da sessão de assinatura do Memorando em <http://www.min-edu.pt/np3/1921.html>).

6 – Dossier Avaliação do Desempenho Docente, em <http://www.min-edu.pt/np3/193>.

(17 de Dezembro de 2008)